

Potencialidades do conceito de escrevivência para a análise de narrativas sobre a trajetória de mulheres migrantes com deficiência¹

Potentialities of the concept of escrevivência for the analysis of narratives about the trajectories of migrant women with disabilities

Gabriela Francine Camargo²

Laura Adler Lara de Oliveira³

Ângela Cristina Salgueiro Marques⁴

1 A realização deste trabalho contou com o apoio do CNPq, da Capes e da Fapemig.

2 Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2019-2023), foi Bolsista de Iniciação Científica (ADRC/PRPq, 2020-2020); Bolsista de Extensão (APEX/PROEX, 2021-2022) na Assessoria de Comunicação da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG; e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq, 2022-2023), visando observar a potencialidade do conceito de escrevivência na trajetória de mulheres migrantes com deficiência. Pesquisadora vinculada à linha “Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades”, do PPGCOM-UFMG. E-mail: g_fc@outlook.com

3 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM/Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada, também pela UFMG, em Jornalismo. Trabalha como Assessora de Comunicação/Social na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Pesquisadora vinculada à linha “Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades”, do PPGCOM-UFMG. Email: lauraadlerlaradeoliveira@gmail.com

4 Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Pesquisadora bolsista do CNPq. Tradutora dos seguintes livros de Jacques Rancière: O trabalho das imagens (Chão da Feira, 2021) e O método da cena (Quixote + Do, 2021). Com Luis Mauro Sá Martino publicou: Ética, Mídia e Comunicação (Summus, 2018); No caos da convivência (Vozes, 2020); Política, Cultura Pop e Entretenimento (Sulina, 2022) e A violência invisível em contextos organizacionais (Sulina, 2024). Email: angelasalgueiro@gmail.com

Resumo

A partir de três relatórios produzidos pela ACNUR acerca do projeto “Empoderando Refugiadas”, selecionamos relatos de mulheres migrantes com deficiência que realizaram oficinas em Roraima, entre 2020 e 2022. Os relatórios foram analisados qualitativamente, em busca de narrativas que expressassem a dignidade de experiências de mulheres migrantes com deficiência, tornando-as legíveis e audíveis a partir da prática relacional do cuidado. Mostramos como relatos elaborados a partir das oficinas do projeto podem ajudar a compor *escrevivências*, tecidas em uma escuta atenta, na qual o acolhimento considera a interseção entre gênero, migração e deficiência em sua face institucional e emancipatória.

Palavras-chave: cuidado; hospitalidade; migração; mulheres com deficiência; relatos *escreviventes*.

Abstract

Based on three reports produced by ACNUR about the “Empowering Refugees” project, we selected accounts of migrant women with disabilities who attended workshops in Roraima between 2020 and 2022. The reports were analyzed qualitatively, in search of narratives that expressed the dignity of the experiences of migrant women with disabilities, making them legible and audible based on the relational practice of care. We show how accounts produced from the project’s workshops can help compose *escrevivências*, woven through attentive listening, in which the reception considers the intersection between gender, migration and disability in its institutional and emancipatory faces.

Keywords: care; hospitality; migration; women with disabilities; *escrevivência* reports.

Introdução

Este artigo tem como proposta evidenciar a potencialidade do conceito de escrevivência, elaborado por Conceição Evaristo (2017, 2020a, 2020b), para nos aproximar da trajetória de mulheres migrantes latino-americanas que chegam ao Brasil em busca de uma forma de vida mais digna e justa. Entre os anos de 2020 e 2022, três relatórios da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) revelaram o drama de mulheres venezuelanas com deficiência que chegam ao Brasil-Roraima em busca de uma vida melhor. Os relatórios⁵ detalhavam os avanços e conquistas do projeto “Empoderando Refugiadas”, resultado de uma parceria entre a ACNUR, a Rede Brasil Pacto Global e a ONU Mulheres. O principal objetivo era o de acolher mulheres migrantes (nesse período houve um intenso processo migratório de mulheres venezuelanas para o Brasil)⁶, entre elas mulheres com deficiência, e auxiliá-las em demandas por documentos e empregos. A empregabilidade de mulheres migrantes foi o motor de partida do projeto, que teve início em São Paulo, mas se expandiu para Roraima (a capital Boa Vista recebeu a maior parte de migrantes venezuelanos e venezuelanas entre 2020 e 2022).

O projeto foi criado em 2015 e, até 2023 (em sua oitava edição), atendeu pessoas oriundas da Venezuela em busca de refúgio no norte do Brasil, abrindo turmas em Boa Vista (RR). Visando a empregabilidade de mulheres refugiadas e migrantes, o projeto conta com o apoio de empresas para a contratação dessas mulheres. A parceria entre o ACNUR, a Rede Brasil do Pacto Global e a ONU Mulheres apostou em cursos de capacitação profissional para que mulheres refugiadas, sobretudo aquelas com deficiência, possam aprimorar e buscar novos conhecimentos, assegurando os saberes que já trazem consigo para que, no Brasil, possam reconstruir suas carreiras profissionais com dignidade, cientes de seus direitos. O apoio de empresas como Renner, MRV, Iguatemi, Sodexo e Facebook tornam o projeto um polo atrativo de capital voltado para o empreendedorismo e a autonomia.

5 Ver em: < <https://www.ACNUR.org/portugues/publicacoes/>>. Acesso em 20 out. 2024.

6 Em função da forte reação contra os migrantes venezuelanos em Roraima, o governo federal brasileiro montou a Operação Acolhida a partir de 2018, com a finalidade de auxiliar o processo migratório venezuelano, construindo abrigos e providenciando o transporte a outros estados brasileiros para os migrantes que querem sair de Roraima (MOREIRA, 2021).

A chegada dos venezuelanos ao Brasil começou por volta de 2014, um ano após a posse do presidente, Nicolás Maduro, sucessor de Hugo Chávez, mas se intensificou a partir de 2017. Este deslocamento é o maior na história da América Latina e ocasiona expressivos episódios de xenofobia e violência simbólica e física contra a população migrante. A grande maioria dos migrantes se dirige a outros países de língua espanhola, especialmente Colômbia e Peru, mas muitos chegam ao Brasil, principalmente pela fronteira de Roraima (Moreira, 2021). Nas Casas de Acolhida em Roraima, as mulheres migrantes venezuelanas passavam por entrevistas e processos seletivos. Aquelas que mostravam interesse e condições para realizarem cursos formativos eram encaminhadas para oficinas profissionalizantes (muitas oferecidas pelo SENAC), recebiam orientações para a preparação de currículos e recebiam certificado de conclusão. Agentes responsáveis pelo acolhimento e profissionais de organizações parceiras se encarregavam de sensibilizar o setor privado para a criação de vagas de emprego voltadas para a integração socioeconômica das mulheres formadas pelo projeto. O relatório publicado em 2022 mostrava que o projeto “Empoderando Refugiadas” havia capacitado mais de 300 mulheres, sendo que a metade delas havia conquistado uma vaga de emprego em cidades brasileiras das regiões Norte, Sul e Sudeste.

Os três relatórios por nós analisados contêm depoimentos, links para vídeos e fotos dessas mulheres, com a intenção de oferecer alguns detalhes de suas trajetórias e lutas por melhores condições de vida. São narrativas que não buscam apenas retratá-las, mas são feitas a partir de conversas, oficinas, encontros diversos que almejam construir um espaço de acolhimento e de reconfiguração de formas de vida e experiências marcadas por variadas condições de vulnerabilidade trazidas com o processo migratório. As oficinas e encontros promovidos pelo projeto “Empoderando Refugiadas” permitem configurar um sentido de empoderamento que deriva de uma participação ativa das mulheres venezuelanas na construção de seu protagonismo. O projeto se torna uma ação cooperativa para o conhecimento de direitos, para a identificação e acionamento de rotas alternativas para se chegar ao mercado de trabalho, para o compartilhamento de saberes e experimentação de possibilidades criadas em conjunto. Falar de si mesmas e de suas necessidades, sofrimentos e desejos como fonte de agência e alianças não implica retirar das instituições sua responsabilidade diante das mulheres migrantes. Não se trata de valorizar a ideologia meritocrática, mas de construir um espaço de troca

e produção no qual as mulheres migrantes possam traduzir suas demandas para o campo do trabalho, da política institucional e da promoção de ações públicas que as atendam de maneira justa.

Nesse sentido, “empoderar” refugiadas se relaciona ao que Patrícia Hill Collins (2019) entende como valorização da própria experiência corporificada e pertencente a uma trajetória que entrelaça constantemente a memória, as narrativas e a capacidade de comunicar conhecimentos. Sob esse viés, o empoderamento dessas mulheres também rejeita os saberes que perpetuam a objetificação, a mercantilização e a violência que age sobre seus corpos. Para a autora, embora o empoderamento individual seja fundamental para promover emancipação, “somente a ação coletiva pode produzir efetivamente as transformações institucionais duradouras que são necessárias para que tenhamos justiça social” (Collins, 2019, p. 515).

Eva Illouz e Edgar Cabanas (2022, p. 13) nos alertam para o fato de que, no contexto do capitalismo neoliberal, o empoderamento é frequentemente associado à “força de vontade, resultado do treino de nossa força interior e nosso eu autêntico; única meta que faz a vida valer a pena; o padrão pelo qual devemos medir o valor de nossa biografia, o tamanho de nossos sucessos e fracassos”. O enquadramento de histórias de mérito e de superação resalta sempre como pessoas que alcançam o sucesso expressam serem fiéis a si mesmas, resilientes, motivadas, otimistas e com alto grau de inteligência emocional. Illouz e Cabanas (2022, p. 16) destacam como essas narrativas dão a entender que o processo de empoderamento é uma escolha e está alance de todos. Assim, o sucesso ou o fracasso de ações de empoderamento são resultado único e exclusivo de escolhas e avaliações subjetivas. A ideologia meritocrática se assenta sobre a “mercantilização de histórias pessoais de transformação, redenção e triunfo pessoal, modelando o empoderamento como uma prática individualista de conquista do sucesso.”

Longe desse quadro ideológico de sentidos, percebemos que o projeto “Empoderando Refugiadas” visa conjugar acolhimento, cuidado e escuta atenta de mulheres em situação de refúgio, sobretudo aquelas que apresentam um quadro de vulnerabilidade associado a deficiências. Os relatórios por nós analisados trazem depoimentos que destacam a construção de redes de apoio que vão além da capacitação e da orientação a vagas de emprego. As mulheres refugiadas relatam a importância da criação de espaços de partilha,

de enunciação de suas necessidades e dramas, de redefinição do que as coordenadoras do projeto julgavam ser “importante para elas”. Nossa aposta é a de que nesses espaços é possível tecer escrevivências a partir da perspectiva do cuidado individual e coletivo, na interseção de histórias singulares e comuns da experiência migratória. Assim, a partir dos depoimentos registrados em três relatórios produzidos pelo projeto junto à ACNUR entre os anos de 2020 e 2022, buscamos compreender em que medida as narrativas dessas mulheres se aproximavam do conceito de escrevivências, tal como formulado por Conceição Evaristo. Após a leitura e análise de conteúdo dos documentos, selecionamos alguns relatos de mulheres migrantes venezuelanas com deficiência que realizaram cursos profissionalizantes em Roraima a partir do projeto “Empoderando Refugiadas”. Para este artigo, vamos conferir destaque aos relatos de quatro mulheres: Carmen Bermúdez, Dashly González, Gabriela Peña e Nelys Gamboa.

Neste artigo, buscamos entender como a noção de escrevivência pode alterar a condição de vulnerabilidade de mulheres migrantes venezuelanas com deficiência, explorando a potência de outros imaginários para tematizar injustiças e lutar contra elas. Quando mulheres migrantes venezuelanas contam suas histórias entre si e para agentes do projeto “Empoderando Refugiadas”, elas ativam e entrelaçam suas vivências e memórias, ressignificando suas experiências de maneira reflexiva.

Escrevivências como autoinscrições e autodefinições de mulheres migrantes

A partir da leitura dos documentos ligados ao projeto “Empoderando Refugiadas”, definimos que um importante eixo do processo de empoderamento é voltado para a elaboração e comunicabilidade da própria experiência através da criação de escrevivências. Os depoimentos que foram registrados no relatório foram primeiramente compostos, partilhados e trocados entre refugiadas e facilitadoras das oficinas do projeto, em um espaço afetivo no qual múltiplas vozes, sonhos, dores e desejos confluíam para a composição de relatos que posteriormente foram registrados em documentos, vídeos, textos informativos e releases. Assim, entendemos que os depoimentos foram re-

sultado de um processo comunicativo de elaboração oral, coletiva, situada e motivada pela luta por dignidade, para, em seguida, fazerem parte dos relatórios por meio de entrevistas com as mulheres refugiadas. O processo a partir do qual os relatos tomam corpo valoriza a experiência pessoal, a interrogação sobre o entorno e sobre as perspectivas que se abrem para dar espaço e tempo à dinâmica da vida. Esse é um processo escreviente que interroga, questiona, demanda e produz inscrição em mundos que geralmente desprezam e desvalorizam as existências de mulheres com deficiências, negras, migrantes, pobres e mães.

Segundo Conceição Evaristo (2020a e b), a escrevivência coloca em jogo a inscrição da voz, da palavra, na materialidade do corpo, dos gestos, das telas e do papel, porque é uma inscrição que nasce do cotidiano, das lembranças, das dificuldades enfrentadas, das experiências derivadas da vida das mulheres e de seus próximos. Segundo ela, uma escrevivência tem forte relação com a oralidade, com a palavra que desliza entre o corpo e o suporte material (papel, tela, corpo, muros da cidade etc.), fortalecendo-se no contato e no gesto de aproximar histórias contadas por mulheres que sofrem com experiências de discriminação e violência. É importante dizer que escrevivência é uma palavra criada pela autora para trabalhar a experiência de vida de mulheres negras, mas ela esclarece que todas as pessoas possuem suas próprias escrevivências e são capazes de narrá-las (Evaristo, 2020b).

De acordo com Conceição Evaristo (2007, p18), um processo escreviente aproxima gênero, etnia e escritura, de modo a expressar a “fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido”. O poder da leitura e da escrita está também associado à potência da memória e da oralidade, uma vez que a gênese da escrita de Evaristo está, como ela menciona, na polifonia, nas vozes de mulheres que ouviu desde sua infância e que ficaram gravadas em seu corpo e em seu imaginário.

A oralidade dos relatos escrevientes pode estar tanto na palavra grafada no papel (que guarda sonoridades e imagens acústicas quando lidas), quanto aquela grafada no corpo, nos gestos, na vocalização dos cantos e das dores (Martins, 2021). A voz, o corpo e a memória são convocadas para que as pessoas possam elaborar suas escrevivências, experienciá-las e compartilhá-las, como uma forma de vínculo que está disseminada na literatura, no relato oral, na poesia, nas artes e nos saberes ancestrais. De acordo com Fonseca

(2023), o valor coletivo de uma escrevivência se associa à dramaturgia do corpo e da voz que são convocados a agir contra a intolerância e a violência. “Escrevivência torna-se uma estratégia escritural que almeja dar corporeidade a vivências inscritas na oralidade” (Fonseca, 2023, p. 21) ou a experiências concretas de vidas que motivam a escritura e as oralituras.

Segundo Leda Maria Martins (2021), uma das maneiras de se ativar a memória, sobretudo em processos que demandam o conhecimento registrado no corpo diante da dor, envolve o recurso ao gesto, à vocalidade e à performance que inscreve uma corporeidade vivente no tempo e no espaço. Os saberes corporificados formam um repertório que pode ser acionado para elaborar relatos escrevíveis que se compõem não apenas de palavras escritas, mas também de relatos orais. Martins apresenta o conceito de oralitura como as inscrições performadas pelo corpo, suas coreografias e vocalidades e que rasuram a separação entre oralidade e escritura. De acordo com ela, quando o corpo performa uma dança, um canto, um grito, um gesto, ele reativa um saber e, ao mesmo tempo, recria conhecimentos: “performar, nesse sentido, significa inscrever, repetir transcribendo, revisando, e representa uma forma de conhecimento alternativa e contestatória” (2021, p. 130).

Oralitura designa a complexa textura das performances orais e corporais, seu funcionamento, os processos, procedimentos, meios e sistemas de inscrição dos saberes fundados e fundantes das epistemes corporais, destacando nelas o trânsito da memória, da história, das cosmologias que pelas corporeidades se processam. [...] Ela designa modos e meios pelos quais, no âmbito das práticas performáticas, o gesto e a voz modulam no corpo a grafia dos saberes de várias ordens e de natureza as mais variadas, incluindo-se aí um saber filosófico, em particular uma concepção alternativa do tempo, de suas reverberações e de suas impressões e grafias em nosso modo de ser, de proceder, de atuar, de fabular, de pensar e de desejar (Martins, 2021, p. 36 e 41).

De acordo com a autora, as performances orais e corporais também são fonte de escrituras de saberes cuja grafia se dá no âmbito de uma variedade de formulações. Entre essas formulações, nos arriscamos a dizer que escrevi-

vências podem se manifestar e ganhar corpo por meio de oralituras. Se, para Martins, a oralitura expressa a maneira como o corpo e a palavra enunciada ativam a memória e produzem um registro oral que inscreve o sujeito no território, para Evaristo a escrevivência ativa a memória grafada no corpo para enlaçar sujeitos, saberes e memórias. Para nós, a grafia da vocalidade nos relatos escrevíveis salienta também o encontro entre as mulheres migrantes com deficiência, seus corpos e o novo território em que passam a viver, com todos os obstáculos e possibilidades.

As narrativas tecidas por Evaristo podem ser consideradas um exercício particular e coletivo que convida a fazer confluências entre suas experiências pessoais e as vivências de outras mulheres e comunidades. Assim, ela argumenta que todos possuem suas próprias escrevivências e são capazes de narrá-las, colocando a memória em constante contato com a experimentação do agora (Evaristo, 2020a). A comunicabilidade da experiência vivida é um processo importante para a emancipação e o empoderamento. No caso das oficinas realizadas pelo projeto “Empoderando refugiadas”, é possível dizer que as escrevivências surgem das experiências pessoais, da busca pelo entendimento do que as rodeia, das investigações das vidas e das desventuras de pessoas que estão próximas, enfrentando dilemas semelhantes (Evaristo, 2020b).

Elas não buscam uma narrativa narcísica (na qual os sujeitos se fecham em si mesmos), mas estimulam o encontro com a alteridade, a abertura ao outro, à outra. Narrativas interdependentes e que alteram as condições de vulnerabilidade de mulheres negras e também todas aquelas e aqueles que encontram no registro do vivido uma maneira singular e coletiva de comunicar experiências, inscrevendo a si mesmo, suas crenças e suas lutas, bem como o que já viu, ouviu e viveu. Como afirma Evaristo (2007), a escrita surge a partir da observação do espaço em que se vive e se movimenta, das pessoas que são capazes de afetar e, assim, virarem personagens. Além disso, a autora afirma acreditar que é difícil que a subjetividade de um escritor não contamine sua escrita:

De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escrevivência e a escrevivência de autoria de

mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira. Toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de escrevivência. [...] É uma escrita em que o sujeito se coloca no seu espaço de pertença, no seu espaço de nascença, no espaço de vivência – porque o deslocamento cria elos afetivos, com o lugar que ele passa a habitar, além da memória do espaço e de onde ele veio. Normalmente, o texto acaba muito fincado nesses espaços, que eu chamo também de geografia afetiva. O sujeito vai narrar fatos muito próximos de sua vida ou da sua coletividade, e isso é uma forma, uma produção, sem sombra de dúvida, de uma escrevivência (Evaristo, 2017, n.p.).

A escrevivência abrange também o processo de autoinscrição e autodefinição de mulheres em um mundo que está em construção, por meio do encontro e da partilha com os outros que possuem experiências afins e que anseiam pela possibilidade de transformação. Segundo Evaristo (2007), sua proposta de escrita envolve a memória, o cotidiano, o que acontece no aqui e agora, marcando os corpos, as vidas e as formas de narrar e de enfrentar o mundo. Assim, escrevivências de mulheres trazem sentimentos e palavras que tematizam o que as incomoda, deslocando as pessoas de seus lugares e trazendo a oportunidade de uma escuta atenta e hospitaleira.

Quando nós, mulheres negras, nos autodefinimos, rejeitamos claramente o pressuposto de que aqueles em posição de autoridade para interpretar nossa realidade têm o direito de fazê-lo. Independentemente do conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir em nossa autodefinição valida nosso poder como sujeitos humanos (Collins, 2019, p. 206).

O processo de autoinscrição do sujeito em um mundo que está em constante construção requer a valorização do encontro e da partilha com as outras e os outros que estão próximos, que possuem experiências afins e que anseiam pela possibilidade de transformação. No caso das oficinas promovidas pelo projeto “Empoderando Refugiadas”, as equipes facilitadoras eram sensíveis

aos momentos em que mulheres migrantes com deficiência associavam suas necessidades de busca por trabalho com os percalços enfrentados durante o processo de preparação e saída de seu país. Nesses momentos, a polifonia dos relatos envolvia a rememoração, as práticas do cotidiano, uma tentativa de articular sua forma de vida anterior ao que acontece no aqui e agora, marcando os corpos, as vidas, as formas de narrar e de enfrentar o mundo.

Evaristo (2007) conta que seus relatos, a princípio, tiveram o objetivo de fazer ecoar uma história silenciada, a história de mulheres negras que não podiam dizer, escrever, narrar seus sofrimentos e dores. Assim, as escrevivências dessas mulheres traziam sentimentos e palavras que incomodavam, que deslocavam as pessoas de seus lugares e traziam a oportunidade de uma escuta atenta das narrativas pessoais e coletivas.

É uma escrita em que o sujeito se coloca no seu espaço de pertença, no seu espaço de nascença, no espaço de vivência – porque o deslocamento cria elos afetivos, com o lugar que ele passa a habitar, além da memória do espaço e de onde ele veio. Normalmente, o texto acaba muito fincado nesses espaços, que eu chamo também de geografia afetiva. O sujeito vai narrar fatos muito próximos de sua vida ou da sua coletividade, e isso é uma forma, uma produção, sem sombra de dúvida, de uma escrevivência (Evaristo, 2007, p. 18).

Quando considera as opressões e silenciamentos vivenciados por mulheres negras, Evaristo (2007) nos motiva a pensar no quanto a escrevivência pode também ser uma noção que conversa com a experiência de mulheres refugiadas latino-americanas. Acreditamos que a elaboração de relatos de vida de mulheres migrantes como parte integrante de relatórios institucionais pode também conferir visibilidade a escrevivências que buscam provocar inquietação e transformação. Buscamos mostrar como depoimentos produzem relatos que permitem confluências entre experiências individuais e coletivas, na medida em que eles fornecem possibilidades de tematização de modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com os outros, capazes de negociar com as estratégias de controle individual e coletivo feito pelas instituições e pelo governo.

Escrevivências não se confundem com escritas de si

A forma assumida pela escrevivência muitas vezes é entendida como o processo em que o sujeito relata a si próprio, mas Evaristo (2020, p. 34) afirma que somente uma “aproximação cautelosa” poderia ser tentada entre a escrevivência e a escrita de si, pois

[...] ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe a uma escrita de si. [...] Apesar das semelhanças com a escrita de si, com a narrativa de si, a escrevivência extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado (Evaristo, 2020a, p. 34 e 38).

A recusa de Evaristo se dirige ao gesto narcísico de valorização da própria experiência, dificultando a abertura à alteridade, ao eros. Assim, o que ela deseja ressaltar é a dimensão intersubjetiva da escrevivência, que não se configura como atividade isolada, mas deriva do encontro de um grupo, de uma coletividade, que pode tanto elaborar quanto reelaborar narrativas de modo a preservar a hospitalidade à diferença.

Autoras como Judith Butler (2015), Leonor Arfuch (2010) e Ida Lúcia Machado (2016) salientam como a elaboração de relatos de si se difere dos discursos autobiográficos, ou dos depoimentos confessionais tradicionais, em que o indivíduo parte para uma busca introspectiva de si, pela escrita, tendo em vista reencontrar sua verdade essencial supostamente alojada no fundo da alma, na própria interioridade. Elas destacam como a produção de um relato de si projeta o sujeito para fora de si mesmo, em um exercício que o reconecta com os outros, pois sua condição só pode ser transformada se também for reconfigurada a teia intersubjetiva que possibilita sua existência. Essa perspectiva conecta o relato de si a uma dimensão da escrevivência que é central para Evaristo: o eros.

Segundo Byung Chul Han, o eros retoma o enigma que perturba o ser pela proximidade; ele “possibilita uma experiência do outro em sua alteridade,

resgatando-nos de nosso inferno narcisista” (2017, p. 11). A relação erótica, “que arranca o sujeito de si mesmo e direciona-o para o outro” (Han, 2017, p. 10), requer uma tessitura simultânea da singularidade com a pluralidade; e demanda uma maneira de escapar à simetria, à hierarquia e à ordenação racional dos seres e do mundo. E requer, sobretudo, um movimento do eu na direção do outro que se orienta pela hospitalidade.

A relação erótica com o Outro não se confunde com a sexualidade, muito menos com a necessidade de sua posse. Pelo contrário: o eros é acolhimento do “estrangeiro” que se apresenta diante de nós e que demanda nossa consideração. Na relação erótica, o Outro nos retira de nossa interioridade para respondermos responsabilmente à sua interpelação. O ponto em questão não é a possibilidade de amar o outro, mas a impossibilidade de amar para além do consumo imediato ou da redução do outro àquilo que define o “si mesmo”.

Ida Lúcia Machado (2016; 2025) afirma que relatos de si podem aparecer em gêneros diversos tais como entrevistas concedidas a jornais, em poemas, em trocas comunicativas diversas, onde, em meio a outros assuntos, certos sujeitos-falantes contam aspectos de suas existências, conectando-as com acontecimentos intersubjetivos que os marcaram profundamente. Esses fragmentos de vida, imersos em outros gêneros que ultrapassam o genealógico, produzem o erotismo do qual nos fala Han (2017). Relatar a si mesmo é um gesto relacional, voltado na direção de uma alteridade interligada ao “si mesmo”, formando uma coletividade situada, dependente do contexto imediato no qual se observa a elaboração de uma narrativa a respeito da própria pessoa e de suas várias alianças e interdependências.

Buscamos destacar justamente essa poética relacional e erótica que define tanto as escrevivências quanto os relatos de si. Ambas essas práticas de liberdade atuam “contra as formas contemporâneas de controle biopolítico dos corpos, em busca de afirmação de novos modos de expressão subjetiva, política e social, em defesa da dignidade, da justiça social e da ética” (Rago, 2013, p. 56). A busca pela autoafirmação e pela autoinscrição na esfera de visibilidade social implica a reconfiguração das redes que sustentam e alimentam as experiências cotidianas dos sujeitos. Tais redes costuram o público e o privado de modo a rememorar o passado, a trabalhar a experiência do agora e a imaginar alternativas à existências fora do individualismo capitalista. Por isso, quando se trata de produzir uma escritura que recusa sujeições, desi-

gualdades e opressões, é vital compreender ela “diferencia-se radicalmente da cultura do narcisismo do mundo contemporâneo, em que o indivíduo se torna incapaz de sair de dentro de si mesmo e de ter distância em relação ao mundo” (Rago, 2013, p. 45).

O biográfico, indica Leonor Arfuch (2010, p. 101), é uma “coexistência intertextual de diversos gêneros discursivos” e também um entrelaçamento de posições de sujeito que configuram densas coletividades de saber, de troca e de relacionalidade emancipatória. Dessa maneira, relatos biográficos assumem uma forma que possibilita a criação de relações consigo e com os outros, fundamentadas em um contexto constantemente negociado de reconhecimento de valores em uma comunidade. A autodefinição identitária, resultante dessas práticas narrativas, abrange identidades singulares e coletivas, que são importantes quando se trata de pensar na recomposição de vínculos entre sujeitos bem como é possível identificar nos relatos temporalidades individualizadas e comuns, marcando a constante passagem entre o particular e o comunitário.

Elaborar uma escrevivência, assim como criar um relato de si, nos leva a explorar os documentos nos quais essas narrativas se tornam visíveis e passam a circular junto a outros textos, compondo uma coexistência de diversas narrativas em torno de experiências reais de luta contra injustiças. Dessa maneira, as narrativas dos sujeitos encontram espaços diversos aos quais, em um movimento de tensões e resistências, se adequam para a valorização das vidas de mulheres migrantes.

O desenho e a inscrição de uma nova vida: relatos escrevientes

As oficinas preparadas pelo projeto “Empoderando Refugiadas” visavam o acolhimento, a capacitação e preparação de mulheres migrantes recém chegadas ao Brasil para que pudessem ser encaminhadas ao mercado de trabalho brasileiro. Esse encaminhamento conta com a parceria de empresas, instituições e lideranças que, em processos de seleção, observam e avaliam o potencial contratação das mulheres participantes do projeto. No contexto das oficinas, o foco era fornecer orientações para que elas pudessem adquirir co-

nhcimentos acerca das possibilidades de empregos, das principais informações a serem indicadas no aprimoramento e desenvolvimento de currículos, além de conhecimentos para adquirirem desenvoltura nos comportamentos profissionais. Temas como violência contra mulher, racismo, capacitismo e educação financeira também eram trazidos pelas facilitadoras e pelas convidadas, em palestras específicas que costumam criar um ambiente propício à partilha de relatos de vida e testemunhos.

Os relatórios que consultamos mencionam que as mulheres refugidas venezuelanas com deficiência, tiveram treinamento para concorrerem a vagas no mercado de trabalho, receberam indicações de cursos gratuitos, participaram de palestras formativas para o entendimento da cultura brasileira, receberam o acompanhamento de mentoras e de equipes multidisciplinares.

As mulheres refugiadas e migrantes estão sujeitas a uma série de vulnerabilidades e, muitas vezes, a pesada carga de trabalho de cuidado não remunerado as impede de ingressar no mercado de trabalho formal, ainda que sejam qualificadas para tal. O Empoderando Refugiadas é um projeto que faz uma ponte importante entre essas mulheres e o setor privado para garantir que elas acessem trabalho decente (ACNUR, 2020, s.p., online).

Compreendemos que as oficinas se configuravam como espaços de identificação das condições de vulnerabilidade, nos quais o amor e o cuidado podem se transformar na base para a construção hospitaleira de um processo relacional de autovalorização e autodefinição individual e coletiva. Assim, relatos escrevíveis nascem em contextos de partilha e são verbalizados em diálogos entre mulheres migrantes e com agentes e mentoras do projeto. Nos encontros proporcionados pelas oficinas, não se trata apenas de receber capacitação e, nos momentos de partilha, não se trata apenas de contar a própria história (embora saibamos que essa agência é muito importante), mas trata-se, sobretudo, de perceber como um relato individual se conecta com as vivências de outras mulheres refugiadas. Vimos anteriormente como a escrevivência é uma produção coletiva que associa a vida a um processo relacional de inscrição em um espaço de escuta que também pode ser compreendida como uma escritura intimamente conectada à oralidade (Feldhues, 2021; Neres 2021).

Nossa leitura dos documentos produzidos pela ACNUR acerca do projeto “Empoderando Refugiadas”, nos permitiu compreender que vários dos depoimentos de mulheres migrantes ali registrados, tinham conexão com o processo de partilha nas oficinas, com a criação de espaços seguros propícios a autodefinição, à solidariedade e à hospitalidade (Collins, 2019). Destacamos a seguir, trechos de relatos de quatro mulheres venezuelanas com deficiência, que chegaram à cidade de Roraima entre 2018 e 2019, buscando evidenciar algumas de suas dimensões escrevíveis.

Carmen Bermúdez tinha 60 anos à época de sua chegada ao Brasil e é uma mulher com nanismo. Ela saiu da Venezuela em 2019, deixando para trás seus dois filhos com o pouco dinheiro que havia conseguido economizar. Viveu nas ruas de Roraima quando ficou sem dinheiro e, por meio da indicação de uma amiga, foi acolhida em um abrigo do governo. Depois de passar pelas oficinas de capacitação do projeto “Empoderando Refugiadas”, ela se sentiu pronta para enumerar seus sonhos com a certeza de que eles receberiam respaldo de uma coletividade.

Quero um melhor futuro para meus filhos. Minha meta é poder juntar dinheiro para que minha filha, que também tem nanismo, possa fazer uma operação nos joelhos. Cruzei a fronteira para o Brasil para dar melhores condições de vida a meus filhos que estão na Venezuela. Após alguns meses aqui no Brasil, o dinheiro que trouxe acabou e fiquei em na rua até conseguir ir para um abrigo da Operação Acolhida. Eu quero um trabalho digno, quero que minha família possa dizer que o Brasil e a ONU me ergueram para ser alguém para o futuro. A situação na Venezuela está muito difícil. Esta é uma grande oportunidade que estão me dando. Graças a Deus se importaram comigo. Aqui no abrigo até fizeram um tanque para lavar roupa pequeno para que eu pudesse me sentir cômoda. Isso me faz sentir bem (ACNUR, 2020, s.p., online).⁷

No relato escrevível de Carmen ela descreve o papel da ONU, da equipe dos abrigos e do governo federal para assumir a responsabilidade ética e moral de um cuidado que possa erguê-la, alterando suas condições de vulne-

7 Depoimento de Carmen Bermúdez.

rabilidade. Ao definir uma ampla rede de cuidado e consideração, ela evidencia como a prática política do cuidado se desenha na contínua manutenção e refazimento de vínculos de interdependência.

Como mencionamos antes, o sentido de empoderamento construído pelo projeto “Empoderando Refugiadas” se afasta de uma abordagem neoliberal, que o entende como prática individualista por meio da qual uma mulher supera obstáculos e vulnerabilidades para alcançar sucesso. Ao contrário, o projeto visa promover o cuidado, acionando a escuta e a hospitalidade como dimensões básicas do reconhecimento da legitimidade das demandas e das respostas direcionadas às mulheres migrantes com deficiência. Essa relação de responsabilidade é fundamental para pensarmos uma forma política de cuidado, entendida como um processo no qual os sujeitos se articulam e reinventam suas trajetórias, conferindo especial ênfase às potencialidades das quais se dotam, aos recursos que mobilizam, às táticas que colocam em prática, às realizações que alcançam, às solidariedades e aos imaginários que lhes permitem questionar os constrangimentos que pesam sobre eles (BRUGÈRE, 2023). Ainda que suas ações sejam constantemente limitadas pelas regras institucionais que delimitam sua vida social, os sujeitos em condições de vulnerabilidade mobilizam recursos para fraturar esquemas e enquadramentos tipificadores.

De acordo com Patrícia Hill Collins (2019), a transformação das condições de vulnerabilidade dos sujeitos está ligada a práticas de cuidado que se formam para além do sentimento de compaixão ou empatia, uma vez que, muitas vezes, esses sentimentos encerram a realização das ações na própria disposição em auxiliar. É essa dimensão que também aparece no relato escreviente de Nelys Gamboa. Ela chega ao Brasil em 2019, com 56 anos, e comenta como o fato de ser cadeirante limitou sua possibilidade de encontrar trabalho em Roraima. Ela trabalhava na Venezuela como auxiliar de cozinha antes de buscar refúgio no Brasil e os cursos de capacitação oferecidos pelo projeto são mencionados por ela como um espaço de autoafirmação, no qual ela conseguiu aparecer politicamente diante das facilitadoras como agente no trabalho de elaborar seu caminho de autorrealização.

As pessoas com deficiências precisam ser levadas em consideração. Desde que cheguei no Brasil não consegui trabalho formal, porque

não falo o português do Brasil e porque minha condição de cadeirante não me dá acessibilidade na busca por emprego e mesmo para executar um trabalho. Espero que as pessoas com deficiência, assim como eu, se levantem a partir dos cursos e oficinas do projeto. O que estou fazendo é dar um exemplo de que é possível. Muitas vezes as pessoas se surpreendem com o que as pessoas com deficiência podem alcançar. Espero conseguir vencer, tenho vontade de vencer e vou conseguir (ACNUR, 2021, s.p., online).⁸

O relato de Nelys Gamboa destaca uma dimensão da demanda individual e coletiva pela valorização da agência das mulheres migrantes com deficiência, deslocando o olhar do espectador, na medida em que propõe a dignidade e a consideração como processo cocriado em uma rede de apoio ampla. Ainda que ela aponte que seu “exemplo” pode promover a desnaturalização de imagens estereotipadas, não se trata de uma concepção que aposta na meritocracia e na individualização de uma pretensa “superação” do enquadramento depreciativo da “incapacidade”. Ao destacar a materialidade das redes de apoio e das alianças formadas nas oficinas, ela mostra como o conceito de “agência” surge como possibilidade de desmontagem de uma visibilidade hegemônica, que padroniza os sujeitos e suas experiências, negligenciando suas complexidades, interseccionalidades e capacidades enquanto indivíduos multifacetados e dignos, capazes de transitar por condições de vulnerabilidade e de alterá-las por meio do cuidado de si e dos outros (Tronto, 1995).

Dashly González sofre com uma paralisia congênita que a impede de exercer tarefas que exijam grande mobilidade física. Ela tem duas filhas, uma delas autista, e sempre contou com o apoio da mãe para construir sua autonomia financeira na Venezuela, trabalhando no comércio, realizando pequenas faxinas ou auxiliando equipes de ensino em escolas. O vínculo de amizade com sua mãe revela não apenas o cuidado associado às mulheres, mas também o quanto a experiência migratória de refazimento dos laços que amparam as existências envolve o trabalho feminino incessante de criação de territorialidades múltiplas entre as quais transitam essas mulheres: o lar, as escolas, os postos de saúde, os abrigos de acolhimento, os locais de trabalho, o comércio e as instituições legais nas quais são recebidas as demandas de refúgio.

8 Depoimento de Nelys Gamboa.

Tenho deficiência desde meu nascimento, nasci com uma paralisia em metade do meu corpo. Desde que nasci minha mãe me apoiou e me ensinou que minha deficiência não seria impedimento para que eu pudesse vencer na vida. Fico emocionada quando lembro dessa história e de como minha mãe não me deixou desistir. Na Venezuela trabalhei em escolas, lojas de roupa e casas de família. Agora eu e minha mãe estamos juntas fazendo a capacitação do “Empoderando Refugiadas”. Esse projeto nos ajuda a conseguir nosso sonho de achar trabalho mais ao sul do Brasil. Aqui em Roraima é difícil por causa do preconceito. Já vi que no sul tenho a chance de trabalhar na área de computação. Esse emprego é ótimo porque eu poderia dar base para minha mãe e minhas filhas. Uma das minhas filhas é autista e precisa de tratamento e terapias. Independentemente da minha deficiência, eu tenho meus sonhos e vou alcançá-los (ACNUR, 2021, s.p., online).⁹

Ao mostrar o cuidado como tarefa feminina, é importante tematizar as opressões de gênero que interferem na distribuição do cuidado, ampliando as condições de vulnerabilidade das mulheres (sobretudo quando consideramos suas experiências marcadas pela interseccionalidade) e reforçando padrões de dominação e organização históricos de papéis de gênero. A naturalização desses padrões se associa ao desenvolvimento de estruturas econômicas específicas e de construções ideológicas que incentivam as mulheres a assumir voluntariamente tarefas e deveres que servem à sociedade como um todo (BUTLER, 2015). Outros dispositivos, como a ideia de vocação (por exemplo, a mulher teria uma vocação inata para cuidar de crianças), asseguram com igual eficácia a invisibilização do trabalho de distribuição de responsabilidades, ao mesmo tempo que atribuem pesos morais distintos à relevância percebida de tarefas ligadas ao cuidado.

De acordo com Patrícia Hill Collins (2022), as tarefas do cuidado promovem, ao mesmo tempo, dispositivos de opressão que associam enquadramentos depreciativos às mulheres, mas também são tarefas que permitem pensar criticamente a interseccionalidade enquanto processo de transformação so-

9 Depoimento de Dashly González.

cial, como heurística (técnicas de abordagem e tratamento de problemas sociais) e como pensamento paradigmático que ilumina interseções entre relações de poder, relacionalidade, desigualdades, contexto social, complexidade e justiça. Collins elabora uma abordagem da interseccionalidade como teoria social crítica, que combina uma forma de resistência epistêmica com uma recusa ao apagamento de saberes vivenciados de maneira situada e corporificada. A interseccionalidade, para ela, nos conduz a uma avaliação crítica dos diferentes domínios de poder que se articulam para impactar experiências identitárias distintas. Neste sentido, os marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade, deficiência e classe não apenas interagem, criando interfaces entre as combinações dos elementos, mas se relacionam de maneira articulatória, transformando os próprios marcadores em si.

O olhar interseccional atua em prol da valorização da experiência e da elaboração de conceitos que possam aproximar matrizes diferentes para oferecer caminhos promissores à reflexividade crítica e transformadora. Nos relatos de mulheres migrantes com deficiência que vimos acima, aparece a confluência entre experiência, comunidade, interdependência e ação social como bases da interseccionalidade e como forma de pensamento que auxilia a tematizar vulnerabilidades, e a mostrar como assimetrias e injustiças podem ser caracterizadas a partir de uma matriz complexa na qual se tensionam linhas de continuidade e de descontinuidade, sujeição e subjetivação.

Uma das dimensões críticas da interseccionalidade geralmente está associada ao questionamento das representações que reavivam constantemente signos injuriosos e que são aplicados às mulheres migrantes como forma de depreciação. Collins (2022) afirma que tais representações manipulam ideias sobre feminilidade, maternidade e sexualidade, restringindo a autonomia das mulheres racializadas a fim de manter sua subordinação e naturalizar as opressões e desigualdades.

O relato de Dashly González menciona as redes de apoio e cuidado que podem alterar sua condição vulnerável. Assim como a presença de sua mãe é central para a construção de uma forma de vida amparada pelo afeto, a infraestrutura do Projeto Empoderando Refugiadas é vital para garantir as infraestruturas que possibilitam o encontro, a partilha e o aparecimento político de mulheres migrantes dentro de um enquadramento que escapa ao preconceito e ao silenciamento. Geralmente, vemos que a construção de enqua-

dramentos de sentido pelas narrativas que circulam midiaticamente orienta o julgamento social e muitas vezes amplifica as condições de vulnerabilidade de mulheres migrantes. Como mencionamos antes, as oficinas do projeto podem ser entendidas como territórios de escuta, de hospitalidade, de cuidado coletivo e de aparecimento de sonhos e sofrimentos que se comunicam e mostram as interdependências entre diferentes espaços, instituições, experiências, corpos e trajetórias.

Assim, os relatos escrevíveis que são tecidos nos espaços de interdependência das oficinas podem elaborar a experiência da deficiência e da migração a partir da dignidade e do respeito, por meio de um olhar que acolhe um relato e responde a ele construindo uma relação política, ética e comunicativa para além dos modos estabelecidos pelo imaginário naturalizante. Os relatos escrevíveis tecidos nos encontros promovidos pelas oficinas podem tecer a deficiência como um espaço de jogo no qual as mulheres migrantes se expressam e elaboram coletivamente sua autodefinição, destacando a importância de valorizar e respeitar a si mesmas, sua autonomia e também a importância da coletividade.

Não podemos ignorar o fato de que um dos objetivos das oficinas e do projeto “Empoderando Refugiadas” é orientar as mulheres migrantes em seu processo de “integração” a uma cultura e a um mercado de trabalho. Ainda que desigualdades e opressões sejam tematizadas pelas facilitadoras, as estruturas institucionalizadas permanecem inalteradas. Astúcias e estratégias são compartilhadas de modo a favorecer a performance das mulheres migrantes em sua busca por emprego, mas as normas que orientam as escolhas e as definições de vagas pouco variam com o passar do tempo.

Gabriela Peña tem 37 anos, é cadeirante chegou ao Brasil em 2018 e participou do projeto “Empoderando Refugiadas” para obter uma formação específica e continuada que permitiria seu ingresso no mercado de trabalho brasileiro. Formada em Administração pelo Instituto Tecnológico da Venezuela, ela trabalhava, antes de chegar ao Brasil, em um aeroporto venezuelano na área de alfândega. Após fazer as oficinas do projeto e de passar por vários processos seletivos, Gabriela foi contratada e passou a trabalhar no departamento de Recursos Humanos de uma empresa em São Paulo. Seu relato expressa justamente a dimensão institucional do preconceito e da exclusão.

Não foi fácil e ainda não é fácil. No começo nada é fácil. Mas aqui no Brasil, existe uma lei que protege as pessoas com deficiência e que obriga empresas a ter uma cota de contratações. Se procurar, consegue achar. Eu já passei por duas empresas e não tenho o que reclamar de nenhuma das duas. Se a pessoa quer, ela corre atrás e consegue. A burocracia é gigante para pessoas refugiadas. Mesmo que eu não tenha sofrido preconceito por ser pessoa com deficiência e refugiada, digo que o papel das empresas na inclusão de diversidade no quadro de funcionários está deixando a desejar. Muitas empresas não conhecem esses processos. Mas é sempre bom dar oportunidades. Tem muitas pessoas refugiadas que querem trabalhar, nós queremos somar. Além de termos uma remuneração, buscamos uma forma de viver e de nos sustentar, nós também queremos somar e aprender (ACNUR, 2022, s.p., online).¹⁰

O fato de a violência estrutural aprofundar suas raízes nas sociedades latinoamericanas é um processo que limita mas não impede a produção constante de uma poética narrativa que cria fluxos de circulação e de confluências entre existências, memórias, sonhos e lutas. Experiências migratórias são sempre tecidas em um coletivo, de forma flutuante, não equivalente, próximo da figura do intervalo que caracteriza a existência de margens de manobra e de respiro. Saber que existe uma comunidade que apoia a mais simples troca dialógica é um estímulo a colocar em palavras aquelas vivências que não podem ser esquecidas: insistir na produção do relato é se opor ao vazio, à ausência, ao apagamento, valorizando o cuidado (Arfuch, 2009, 2011).

O cuidado ético e político não instaura uma relação de dominação nem de apreensão cognitiva ou de classificação da diferença do outro (reduzindo-a a tipificações e esquemas de representação que permitem governar o universo das coisas e dos seres), mas se define a partir de uma relação de responsabilidade. A agência e o cuidado são processos relacionais que se encontram distribuídos na imbricação da atuação das pessoas em várias redes entramadas de coexistência (biológicas, políticas, familiares, organizacionais etc.), mobilizando muitos detalhes e miudezas que são tão vitais para a sustentação da existência em comum.

10 Depoimento de Gabriela Peña.

De acordo com Brugère (2023) e Tronto (1995), diante de mecanismos de controle cada vez mais restritivos, a prática do cuidado requer uma sensibilidade aos detalhes que escapam às lógicas cerceadoras, aos saberes vindos da experiência vivida, uma vez que são esses conhecimentos não mapeados que muitas vezes geram condições de proteção e de reparação constante das formas de vida. Os saberes vividos, corporificados e partilhados como dádiva possuem a potência de reparar e criar elos e articulações que, justamente por não serem negligenciáveis, demandam um grande trabalho físico, moral e ético (Feldhues, 2021; Neres, 2021).

Por isso, a análise do cuidado como processo e como prática ética, e não apenas como relação interindividual ou trabalho de proximidade, permite questionar as relações que fundam uma organização e a distribuição de responsabilidades entre as suas diferentes equipes e núcleos de gestão (Brugère, 2023). Isso possibilita compreender como são consideradas as necessidades de cuidados num quadro mais amplo (institucional, político) e como são consideradas as formas de lhes dar respostas guiadas por parâmetros de justiça.

O cuidado é uma atividade moral e ética que confere atenção ao que permanece invisibilizado e, ao mesmo tempo, define o espaço político ao escutar as necessidades de quem sofre, a partir de uma atenção verdadeira aos outros, de uma proximidade que se estabelece através da responsabilidade (Tronto, 1995). Nesse viés, a ética do cuidado é uma política do cotidiano e uma política da vulnerabilidade que altera as condições de interdependência entre sujeitos e grupos. A nosso ver, ela está presente e se fortalece no processo relacional de elaboração dos relatos escriventes.

O relato é um ato de resistência, pois, de acordo com Evaristo (2017), a história de uma vida se apresenta como uma multiplicidade de histórias múltiplas e justapostas, sem que nenhuma seja capaz de reivindicar uma representação universal. Pela experiência diária da conversa, a dinâmica das oficinas de acolhimento e formação se configura como espaço de enunciação, interpeção e produção de sentido. Elas oferecem a possibilidade de conversas que restauram o circuito de interdependência e a prática do cuidado, recusando o individualismo e permitindo que a responsabilidade pelo Outro seja uma orientação geral para as ações e projetos fundados na prática do cuidado.

Alimentar articulações fortalece a ética do cuidado não só como atenção

aos outros, mas sobretudo como trabalho cotidiano e incansável que torna nossas vidas possíveis. Essa perspectiva visa zelar para que a dignidade das pessoas prevaleça sobre a lógica de mercado e as lógicas de controle.

Considerações finais

Nosso intuito ao longo da reflexão aqui proposta foi o de evidenciar a importância da criação de estruturas de acolhimento e escuta para receber mulheres migrantes com deficiência, abrindo possibilidades para a produção de relatos escrevíveis. Tais relatos, posteriormente reelaborados em depoimentos que constam nos relatórios da ACNUR, complexificam nosso olhar e instauram um imaginário político marcado pela hospitalidade, na medida em que tornam possível a existência de outras formas de experiência e inserção relacional em comunidades de alianças para suas protagonistas. Existem outras formas de se ver e elaborar a deficiência que tensionam as narrativas sacrificiais, e partir de brechas que se abrem para fabular vivências que se desviam das normas e saberes previamente constituídos (Fonseca, 2020). Os relatos escrevíveis podem articular experiências de mulheres diversas, aproximando pessoas, realidades, condições multifacetadas em prol de transformações na produção de enquadramentos institucionais e políticos.

Conceição Evaristo (2017) chama a atenção para a dificuldade de se produzir escrevivências, uma vez que se trata de inventar uma escritura que escuta não apenas os relatos felizes, mas também os gritos de dor, de agressão à carne, de violação das possibilidades de se manter vivo. No caso de mulheres migrantes com deficiência, observamos que a vulnerabilidade dos corpos costuma ser elencada como um elemento central, definidor e irreversível, que desautoriza qualquer possibilidade de ação, resistência e transformação. As vulnerabilidades são alteradas em parte, dependendo de como certas redes de apoio e amparo se articulam em torno delas – e de como elas também articulam redes e nelas se posicionam – de modo a permitir sua agência, a ampliação de seu leque de escolhas e a definição de alternativas que possam contrariar expectativas pautadas pelo colonialismo.

Quando os relatos são construídos a partir da consideração e da escuta

hospitaleira, elas atuam como fonte de autodefinição e autoestima, recusando imagens feitas para subjugar, acusar e punir. Construir enquadramentos que atuam para preservar a dignidade das vidas é uma das dimensões das escriturizações que refletem interesses e experiências pessoais e coletivas. A elaboração dos relatos escriturizantes movimenta, portanto, a ética do cuidado, pois olha para as capacidades de agência das pessoas, buscando mostrar como estão se mobilizando e de que forma elas estão imaginando e desejando juntas, sonhando seu presente e seu futuro a partir do poder da autodefinição, da autonomia relacional e da interdependência.

Referências

ACNUR. **Relatório de interiorização, janeiro a dezembro de 2022.** Disponível em: <https://www.acnur.org/br/publicacoes/relatorios-de-interiorizacao>. Acesso em 22 out. 2024.

ACNUR. **Interiorização: uma estratégia de apoio à integração socioeconômica de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela.** Complemento ao relatório de 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/interiorizacao-uma-estrategia-de-apoio-integracao-socioeconomica-de-pessoas-refugiadas-e>. Acesso em 22 out. 2024.

ACNUR. **Relatório de Meios de Vida e Interiorização - janeiro a dezembro de 2021.** Disponível em <https://www.acnur.org/br/publicacoes/relatorios-de-interiorizacao>. Acesso em 15 nov. 2024.

ACNUR. **Relatório de interiorização, janeiro a dezembro de 2020.** Disponível em: <https://www.acnur.org/br/publicacoes/relatorios-de-interiorizacao>. Acesso em 15 nov.. 2024.

ACNUR. **Com deficiência e empoderadas, matéria de Lucas Novaes, 2020.** Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/com-deficiencia-e-empoderadas-mulheres-refugiadas-e-migrantes-recebem>. Acesso em 15 nov. 2024.

ANZALDÚA, Glória. “La consciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p. 704-719, 2005.

ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea**. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2010.

ARFUCH, Leonor. Mujeres que narran: trauma y memoria. **Labrys, estudos feministas**, n. 15, 2009.

ARFUCH, Leonor. Autobiographie et mémoires traumatiques. **Tumultes**, n.36, 2011, p. 163-181.

BIROLI, Flávia. **Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista**. Estudos Feministas, v. 21, p. 81-105, 2013.

BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. São Paulo: Contracorrente, 2023.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CIPRIANO, Ana Carolina. **Refugiada com deficiência conquistada independência financeira no Brasil por meio do trabalho**. ACNUR, 10/09/2021, disponível em <https://www.ACNUR.org/portugues/2021/09/10/refugiada-com-deficiencia-conquista-independencia-financeira-no-brasil-por-meio-do-trabalho/>

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia H. **Bem mais do que ideias**. São Paulo: Boitempo, 2022.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância; NUNES, Isabella (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a, p. 26-47.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência serve também para as pessoas pensarem**. Entrevista concedida a Tayrine Santana e Alecsandra Zapparoli. São Paulo: Itaú Cultural, 09/11/2020b. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos (Org.). **Represen-**

tações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, p 16-21, 2007.

EVARISTO, Conceição. Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra. Entrevista concedida a Juliana Domingos de Lima. **Jornal Nexo**, 26/05/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Conceicao-Evaristo-‘minha-escrita-e-contaminada-pela-condicao-de-mulher-negra>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FELDHUES, Marina. (Foto)escrevivências, famílias negras e traumas coloniais: sobre meu encontro com as obras Pontes sobre o Abismo (2017) de Aline Motta e Travessia (2019) de Safira Moreira. In: **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, p. 1-15, 2021.

FONSECA, Maria Nazareth. Escrevivência: sentidos em construção. In: DUARTE, C.; CORTE, C.; PEREIRA, M. (org.). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Malê, 2023, p. 15-30.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do eros**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ILLOUZ, Eva; CABANAS, Edgar. **Happycracia**. São Paulo: Ubu, 2022.

MACHADO, Ida Lucia. Narrativa de vida e construção de identidade. In: LIMBERTI, Gláucia; Rita Pacheco (Org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, p. 129-142, 2015.

MACHADO, Ida Lucia. **Reflexões sobre uma corrente de Análise do Discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOREIRA, Paula. **Imigração Venezuela – Roraima: evolução, impactos e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2021.

NERES, Vilma. **A escrita com a luz das fotoescrevivências**. Salvador: Edição do autor, 2021.

NOVAES, Lucas. **Com deficiência e empoderadas: Mulheres refugiadas e migrantes recebem capacitação para o mercado de**

nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos (Org.). **Representações Performativas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza, p 16-21, 2007.

EVARISTO, Conceição. Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra. Entrevista concedida a Juliana Domingos de Lima. **Jornal Nexo**, 26/05/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Conceição-Evaristo-‘minha-escrita-é-contaminada-pela-condição-de-mulher-negra>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FELDHUES, Marina. (Foto)escrevivências, famílias negras e traumas coloniais: sobre meu encontro com as obras Pontes sobre o Abismo (2017) de Aline Motta e Travessia (2019) de Safira Moreira. In: **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, p. 1-15, 2021.

FONSECA, Maria Nazareth. Escrevivência: sentidos em construção. In: DURANTE, C.; CORTE, C.; PEREIRA, M. (org.). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Malê, 2023, p. 15-30.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do eros**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ILLOUZ, Eva; CABANAS, Edgar. **Happycracia**. São Paulo: Ubu, 2022.

MACHADO, Ida Lucia. Narrativa de vida e construção de identidade. In: LIMBERTI, Gláucia; Rita Pacheco (Org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, p. 129-142, 2015.

MACHADO, Ida Lucia. **Reflexões sobre uma corrente de Análise do Discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOREIRA, Paula. **Imigração Venezuela – Roraima: evolução, impactos e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2021.

NERES, Vilma. **A escrita com a luz das fotoescrevivências**. Salvador: Edição do autor, 2021.

Potencialidades do conceito de escrivência para a análise de narrativas sobre a trajetória de mulheres migrantes com deficiência

Gabriela Francine Camargo

Laura Adler Lara de Oliveira

Ângela Cristina Salgueiro Marques

NOVAES, Lucas. **Com deficiência e empoderadas: Mulheres refugiadas e migrantes recebem capacitação para o mercado de trabalho no Brasil**. ACNUR, 03/12/2020. disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/12/03/com-deficiencia-e-empoderadas-mulheres-refugiadas-e-migrantes-recebem-capacitacao-para-o-mercado-de-trabalho-no-brasil/>

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos**, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013.

TRONTO, Joan. Care as a Basis for Radical Political Judgments. **Hypatia**, p. 141-149, 1995.